

**5. RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL  
PARA INSTRUÇÃO DE PEDIDO NO ÂMBITO DO RERA E SITO NO  
LUGAR DO FOJO – SANTA LUCRÉCIA DE ALGERIZ – AGOSTINHO  
DA COSTA RIBEIRO:**

Do Sr. Vereador do Pelouro do Planeamento, Ordenamento do Território e do Urbanismo, submetendo informação circunstanciada relativamente ao pedido de reconhecimento de interesse público municipal, pronunciando-se desfavoravelmente.



**BRAGA**

Município

Pelouros da Regeneração Urbana, Mobilidade, Património, Ligação à Universidade, Planeamento, Ordenamento e Urbanismo

*do Senhor Deputy*  
*1809.17*  
*[Signature]*

Requerente: **Agostinho da Costa Ribeiro (2017/114)** / Local: Fojo – Santa Lucrécia de Algeriz

## DESPACHO

Considerando:

- a) A informação técnica de 25/08/2017 onde se refere que a pretensão de ampliação da pedreira de 4,9ha para 23,36ha;
- b) Que a área em causa integra uma Zona de Proteção Arqueológica – Património Arqueológico Inventariado, identificada como *“Mancha de Proteção ao Povoado do Período do Bronze do Monte de Vasconcelos”*;
- c) A informação técnica de 22/02/2018 da DPRRU no âmbito do processo 4258/URB/PED/17, de destacar que *“Todos os pedidos têm enquadramento no RERAE, competindo-nos avaliar de que modo se pretende salvaguardar e minimizar os impactos da laboração da atividade na paisagem e no dia-a-dia das comunidades residentes nas envolventes”*;
- d) O parecer desfavorável da Junta de Freguesia de Santa Lucrécia e da Assembleia de Freguesia de Algeriz e Navarra, de onde destacámos *“o impacto no ambiente é extremamente prejudicial, a sua atividade desde sempre causou e causa elevados prejuízos no ambiente, mormente nas linhas de água da freguesia (...) ou em períodos de seca são as poeiras que imanam pelo ar arrastadas pelo vento (...) é também o impacto visual causado na paisagem”*;
- e) Reiterando os considerandos do nosso despacho anterior sobre esta matéria, de 9 de janeiro de 2018;

Submete-se à reunião de câmara o processo com o **parecer desfavorável ao Reconhecimento de Interesse Público Municipal**, pelo impacto na população envolvente, pelo historial de reclamações dos moradores e pelos impactos da atividade relatada e reforçada no parecer da Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia e.

Recomenda-se a regularização de atividade no âmbito do Plano Director em vigor, e/ou a sua avaliação no do processo de revisão do Plano Director Municipal, ponderado o impacto da atividade, não sendo aceitável a expansão da exploração pelas razões anteriormente explanadas.

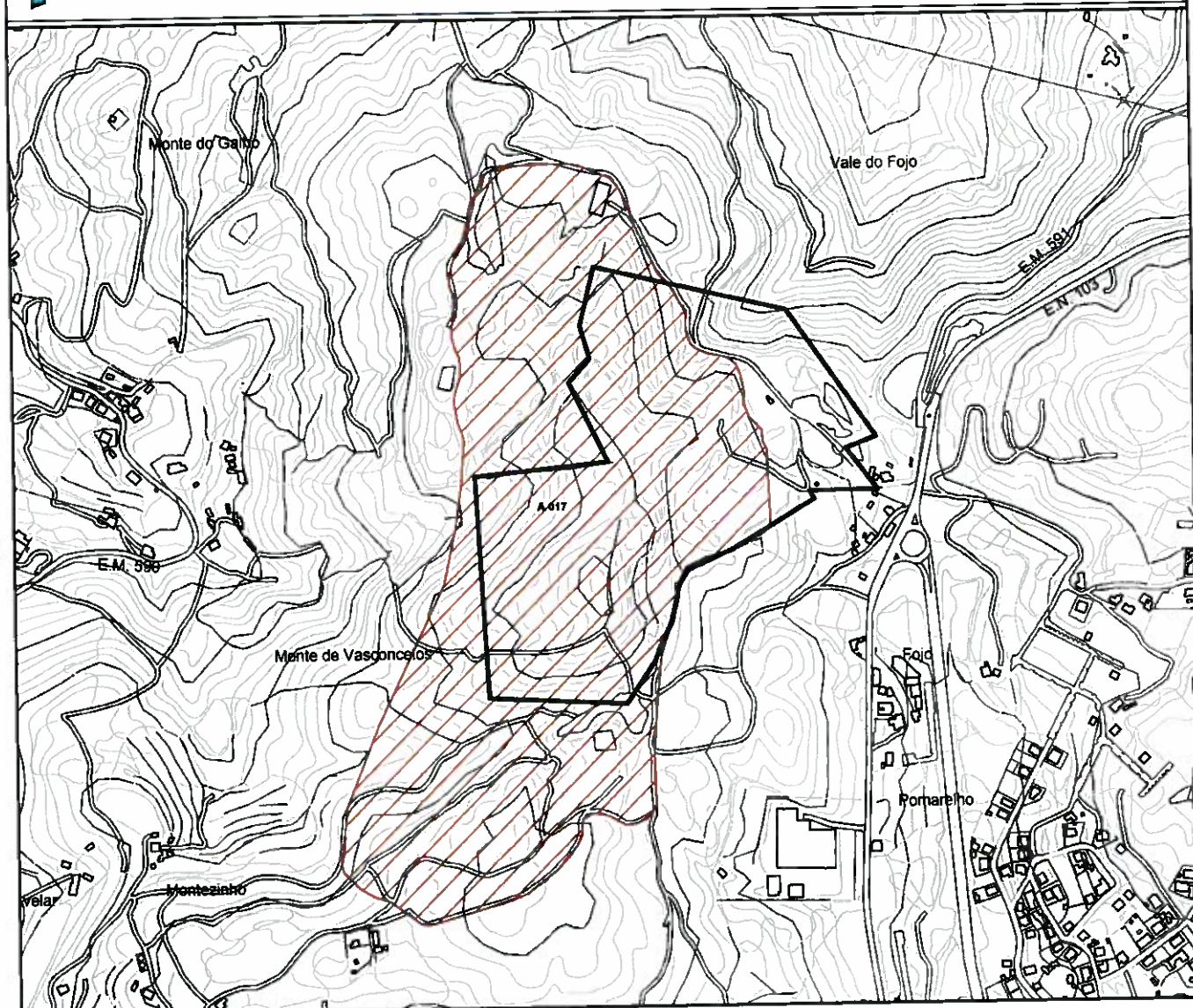
Braga, 14 de setembro de 2018

Submete-se à consideração superior o envio à reunião de executivo,

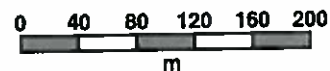
O Vereador do Planeamento, Ordenamento do Território e do Urbanismo,

*[Signature]*

(Miguel Sopas de Melo Bandeira)



	Área de Pedreira		Património Arqueológico Classificado		Zona de Proteção Arqueológica
	Património Arquitetónico Classificado		Zona Especial de Proteção - Monumento Nacional		Património Arqueológico Inventariado
	Monumento Nacional		Zona Especial de Proteção - Interesse Público		
	Monumento de Interesse Público		Património Arquitetónico Inventariado		
	Monumento de Interesse Municipal		Conjunto Arquitetónico		
	Em Vias de Classificação		Monumento Arquitetónico		
	Zona Geral de Proteção		Sítio Arquitetónico		
	Zona Especial de Proteção		Zona Geral de Influência		
	Zona Non Aedificandi				



Entidade Proprietária: Câmara Municipal de Braga  
Entidade Produtora: ARTOP, Aero-Topográfica, Lda.  
Data da Edição: 08/2013  
Data e nº da Homologação: Nº 173 de 28-08-2013  
Entidade Responsável pela Homologação: Direção-Geral do Território  
Série Cartográfica Nacional 1:10 000

Projeção Retangular de Gauss - Elipsoide de Hayford, Datum 73  
Coordenadas Hayford-Gauss  
Datum Altimétrico Nacional (Cascais)  
Exatidão Planimétrica: s.m.q. 1,50m  
Exatidão Altimétrica: P.C. s.m.q. 1,80m  
Exatidão Temática: melhor que 90%  
Precisão Posicional Nominal de Reprodução: 2,2m

Origem das Coordenadas Retangulares - Ponto Central

$\phi = 39^{\circ} 40' 00''$   $\lambda = 8^{\circ} 07' 54,862''$  W de Gr

Falsa Origem: em M: +180,598m, em P: -86,990m do Ponto Central

Sobreposição da área da pedreira com a planta de ordenamento - sistema patrimonial



Ref.	
Data	10/09/2018
Esc.	1/10.000





100 0 100 200 300 400 m

- LIMITE DE ESCAVAÇÃO PROPOSTO
- ÁREA DA PEDREIRA
- ÁREA DE AMPLIAÇÃO EFETIVA (8.5 ha)

ESPAÇOS AFETOS À EXPLORAÇÃO DE RECURSOS GEOLÓGICOS (PDM 2015)

- G1- ESPAÇOS DE EXPLORAÇÃO CONSOLIDADA
- G2- ESPAÇOS A RECUPERAR

**DMUOP / DMPOT / DPRRU**

DIVISÃO DE PLANEAMENTO,  
REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

PRODUTOR: **MARTINHA ROCHA, ENG<sup>o</sup>**  
EMAIL: [martinha.rocha@cm-braga.pt](mailto:martinha.rocha@cm-braga.pt)

REQUERENTE:

LOCAL: **CONCELHO DE BRAGA**

PRETENSÃO: **PEDREIRA DO FOJO Nº2**

PROC: **REVISÃO DE PLANO DE GESTÃO**

DOC: **REVISÃO DE PLANO DE GESTÃO**

DATA: **06/09/2018**

ESCALA: **1/5 000**





**BRAGA**  
Município

DPRRU-DIV. PLANEAMENTO REV. REGENERAÇÃO URBANA

Ver. MB

Eug Miguel Mesquita

Processo Obra: 2017/114

Registo de entrada: E/20763/2017

Requerente: Agostinho da Costa Ribeiro

Local da obra: Fojo - Santa Lucrécia de Algeriz

Informação: 27716 de 07/09/2018

Assunto: ACR - Solicitação de reconhecimento de interesse público municipal para instrução de pedido no âmbito do RERA E

Técnico responsável: Ana Filomena Farinhas da Silveira Carvalho

Remeter ao Sr. Diretor da DTU  
Para decisão superior.  
O parecer desfavorável de UF  
assenta em factos que têm sido  
recoerentemente registados pelos  
serviços do município.  
10/9/2017  
Rafael França

#### Informação:

##### Âmbito do parecer técnico

1. Através do requerimento E/20763/2017, de 21 de julho, veio a empresa Agostinho da Costa Ribeiro, requerer o reconhecimento do interesse público municipal previsto no n.º 4 do artigo 5º do regime extraordinário de regularização de atividades económicas, vulgo RERA E, Decreto-Lei n.º 165/14 de 05/11, e Lei n.º 21/2016 de 19/07.

##### Análise Técnica

2. A pedreira n.º 617 – Fojo n.º 2, encontra-se em funcionamento desde 1993 com alvará n.º 617/93, estando a sua área de exploração devidamente identificada na Planta de Ordenamento do PDM:

- i. Solo rural – Espaços afetos à exploração de recursos geológicos – subcategoria: Espaço de exploração consolidada (G1);
- ii. Solo rural – Espaços afetos à exploração de recursos geológicos – subcategoria: Espaço a recuperar (G2);
- iii. Solo rural – espaço Florestal de Proteção.

3. Face à Planta de Condicionantes insere-se em:

- i. Reserva Ecológica Nacional – cabeceiras de linhas de água;
- ii. Reserva Ecológica Nacional – áreas com risco de erosão;
- iii. Área ardida em 2010.

4. Pretende a legalização da área em exploração e ampliação da área da exploração, conforme planta anexa.

5. Detém 34 postos de trabalhos, prevendo-se a criação de mais 4 postos de trabalho, e apresentam /estimam facturação anual na ordem dos 870.000 €.

6. Nos termos expostos o pedido enquadra-se no âmbito do diploma RERA E, dado tratar-se de atividade abrangida pela alínea d) do n.º 3 do artigo 1º, e desenvolver atividade por mais de dois anos, como requerido no artigo 2º do RERA E. A este facto acresce a redação dada ao artigo 2º da Lei n.º 21/2016 de 19/07: "Para além das situações a que se refere o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, podem ainda ser apresentados pedidos de regularização relativos às atividades previstas no n.º 3 do artigo 1.º desse decreto-lei, que não tenham chegado a iniciar-se ou tenham cessado ou sido suspensas há mais de um ano, desde que existissem, iniciadas ou acabadas, instalações de suporte dessa atividade à data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º

165/2014, de 5 de novembro."





7. Em cumprimento do despacho do Sr. Vereador Miguel Bandeira, de 9 de janeiro de 2018, foi solicitada pronúncia às juntas de freguesia onde as explorações de massas minerais (pedreiras) se localizam, tendo essa solicitação sido reiterada a 23 de fevereiro, com a entrega do I/1218/2018, informação que retrata o procedimento de regularização extraordinária, e o cenário alternativo de análise dos pedidos das pedreiras em sede de revisão do PDM.

8. Na situação em apreço a Junta e Assembleia da União de Freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra pronunciaram-se em sentido desfavorável à ampliação da área da exploração e ao seu enquadramento no RERAE aceitando que o pedido seja reanalisado em sede de revisão do PDM.

9. É competência da Assembleia Municipal a decisão sobre o interesse do pedido da pedreira poder ser analisado ao abrigo do procedimento de regularização extraordinária previsto no RERAE, através do reconhecimento do interesse público municipal nesse processo. Importa esclarecer que o reconhecimento de interesse público municipal não representa a legalização das atuais condições, apenas permite que o processo seja analisado à luz do RERAE, demonstrando interesse municipal na resolução da situação.

10. De facto, como constante no artigo 11º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 165/2014, a deliberação da conferência decisória assume um dos seguintes sentidos: a) Deliberação favorável; b) Deliberação favorável condicionada; c) Deliberação desfavorável.

11. Não reconhecer o interesse público municipal a uma ou mais explorações é, no âmbito do RERAE, a eliminação da oportunidade de resolução da situação por esse enquadramento legal pois terá como principais consequências a rejeição liminar do processo na entidade coordenadora por deficiente instrução, e a obrigação legal de se despoletarem medidas de reposição da tutela da legalidade por parte da câmara municipal.

12. Em termos urbanísticos é sempre preferível que as atividades económicas se desenvolvam nos termos do título emitido do que sem ele. No universo das pedreiras esta constatação é ainda mais premente dada a obrigação de cumprimento de um plano de recuperação paisagística. Concorde-se que só a legalização do espaço de ampliação da pedreira a norte será suficiente para a regularização nos termos do RERAE, podendo a restante área ser equacionada em sede de revisão do PDM.

#### **Proposta de decisão**

13. Decorre do exposto que o pedido tem enquadramento nas disposições do RERAE, ainda que tenha obtido parecer desfavorável da Junta e Assembleia da União de Freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra.

14. Nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 5º cabe à Assembleia Municipal decidir se existe interesse na regularização extraordinária desta exploração pecuária ao abrigo do RERAE, sob proposta da câmara municipal.

A Chefe de Divisão,